

Sumário

Palavras Prévias – 23ª edição (a Parte Geral na Reforma do Código Civil: uma breve reflexão contextualizada).....	29
Apresentação	63
Prefácio	65
Capítulo I	
Introdução ao Direito Civil	67
1. Noções conceituais sobre o direito e a ciência do direito	68
2. Acepções da palavra direito.....	71
2.1 Noções gerais.....	71
2.2 Direito objetivo e direito subjetivo.....	72
2.3 Direito potestativo	74
2.4 Direito positivo (e pós-positivismo jurídico) e o direito consuetudinário: as duas grandes tradições jurídicas mundiais.....	76
2.5 Direito natural.....	79
3. Instrumentos de Controle Social	80
4. Divisão do Direito (A clivagem entre o direito público e o direito privado).....	81
5. O Problema da Unificação do Direito Privado e a Evolução da Codificação no Direito Civil Brasileiro	85
6. O Código Civil de 2002 e os seus Paradigmas (os valores da codificação brasileira)	89
6.1 Os paradigmas (ou diretrizes) do Código Civil de 2002.....	89
6.2 A nova técnica normativa do Direito Civil brasileiro: as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados no Código Civil de 2002.....	90
6.3 A socialidade	93
6.4 A eticidade	95
6.5 A operabilidade ou concretude	99
7. Conceito (Constitucionalizado) de Direito Civil e a sua Sistematização	100
8. Procurando um Significado para a Constitucionalização do Direito Civil e a Civilização do Direito Constitucional	104
9. A Aplicação dos Direitos Fundamentais (Constitucionais) nas Relações Privadas (A Chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais).....	115
10. A Aplicação dos Tratados e Convenções Internacionais no Âmbito das Relações de Direito Civil (eficácia supralegal das convenções internacionais ou convencionalização do direito civil).....	120

11. A Eficácia (horizontal) dos Direitos Sociais nas Relações Privadas e a tese do Estado de Coisas Inconstitucional – ECI	124
12. O Diálogo das Fontes como Mecanismo de Aplicação das Normas de Direito Privado....	128
13. Os Princípios do Direito Civil e as suas Tendências Contemporâneas	133
13.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: a dicotomia estrutural das regras e dos princípios.....	133
13.2 A distinção entre texto, norma, interpretação e aplicação	137
13.3 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras	138
13.4 O que são os princípios normativos?	141
13.5 Um estranho no ninho: os princípios fundamentais, os princípios gerais e os postulados	144
13.6 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito Civil.....	148
13.7 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	152
14. A aplicação do Direito Civil e os desacordos morais razoáveis	158

Capítulo II

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	161
1. Noções Gerais.....	162
2. As Fontes do Direito	166
2.1 Considerações introdutórias.....	166
2.2 Fontes materiais, formais e não formais.....	166
2.3 Fontes imediatas e mediatas.....	167
3. Interpretação das Normas	171
4. A Necessária e cuidadosa distinção entre Texto, Norma, Interpretação e Aplicação	178
5. Integração das Normas	179
6. Vigência das Normas	188
7. A Obrigatoriedade das Normas.....	196
8. A Eficácia das Leis no Tempo	199
9. Eficácia das Leis no Espaço.....	206
9.1 A aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada (moderada)	206
9.2 O respeito à ordem jurídica brasileira como filtro para a admissão da legislação ou homologação da decisão estrangeira no território nacional.....	209
9.3 A aplicação da sentença ou do laudo arbitral estrangeiro e a necessidade de <i>exequatur</i> (homologação) do Superior Tribunal de Justiça.....	211

9.4 Prova dos fatos ocorridos no exterior	217
9.5 O Direito das Famílias e a sua aplicação no espaço (Direito Internacional das Famílias).....	218
10. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a segurança jurídica das relações com a administração pública.....	221
10.1 Proibição de decisão baseada em valores jurídicos abstratos nas esferas administrativa, controladora e judicial	221
10.2 Indicação expressa dos efeitos da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa	224
10.3 Interpretação das normas jurídicas sobre gestão pública	225
10.4 Decisões sancionatórias (punitivas) ou de validade e sua necessária dosimetria	226
10.5 Mudança de interpretação ou orientação sobre as normas de direito público e a modulação eficaz.....	228
10.6 Respeito à confiança: revisões relativas à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa devem se submeter à norma do tempo de sua celebração.....	230
10.7 Compromisso de ajustamento de conduta para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa	232
10.8 Possibilidade de imposição de compensação.....	233
10.9 Responsabilidade civil do agente público.....	234
10.10 Possibilidade de consultas públicas.....	239
10.11 Instrumentos para maximizar a segurança jurídica	240

Capítulo III

A Personalidade Jurídica e os Direitos da Personalidade	241
1. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Fundamental do Ordenamento Jurídico Brasileiro	242
2. A Pessoa.....	247
2.1 Generalidades	247
2.2 Espécies de pessoas	248
3. A Personalidade Jurídica	250
4. Os Direitos da Personalidade	253
4.1 Breve esboço histórico	253
4.2 Noções conceituais: das velhas definições ao dogma fundamental do Direito Civil-Constitucional	254
4.3 Fontes	256
4.4 Características	258

4.5	As liberdades públicas e os direitos da personalidade.....	263
4.6	A possibilidade de colisão entre os direitos da personalidade e a liberdade de imprensa, ou a liberdade de expressão, e o critério de solução adequado (inadmissibilidade do <i>hate speech</i>) e o direito de resposta.....	264
4.7	A liberdade de expressão, os direitos da personalidade e a publicação das biografias não autorizadas.....	272
4.8	Existiria um direito (da personalidade) ao esquecimento?.....	276
4.9	A proteção dos direitos da personalidade e a insuficiência dos argumentos clássicos: a tutela avançada (preventiva e repressiva) dos direitos da personalidade.....	280
4.10	A proteção da personalidade da pessoa morta e os lesados indiretos.....	289
4.11	Classificação dos direitos da personalidade.....	293
4.11.1	Noções gerais: não taxatividade dos direitos da personalidade.....	293
4.11.2	Cláusula geral de proteção da personalidade: o direito à vida (digna) como pressuposto dos direitos da personalidade.....	295
4.11.3	Proteção da dignidade da pessoa humana e o combate ao <i>bullying</i>	296
4.11.4	Direito à integridade física.....	297
4.11.5	Direito à integridade psíquica (moral).....	331
4.11.6	Direito à integridade intelectual.....	362
5.	O Nome Civil.....	377
5.1	Noções conceituais e características.....	377
5.2	O registro público do nome civil em cartório e a compatibilização com a sua natureza personalíssima.....	380
5.3	Elementos componentes do nome civil.....	383
5.4	O princípio da inalterabilidade relativa e as hipóteses de alteração do nome civil.....	386
5.5	Hipóteses controvertidas de mudança do nome civil.....	394
5.6	A tutela jurídica do nome civil (procedimento para a proteção do nome).....	400
5.7	O uso de nome social.....	401
5.8	O nome comercial.....	402
5.9	A tutela jurídica do nome civil.....	403

Capítulo IV

A Pessoa Natural	405
1. Noções Conceituais sobre a Pessoa Natural.....	406
2. O Início da Pessoa Natural.....	408
3. O Tratamento Jurídico do Nascituro.....	409
4. Há Possibilidade de responsabilidade civil da gestante por condutas prejudiciais ao nascituro durante a gravidez?.....	419

5. O Tratamento Jurídico do Embrião Laboratorial (<i>in vitro</i>)	421
6. A Capacidade Civil: A Capacidade de Fato (ou de Exercício), a Capacidade de Direito (ou de Gozo) e a Teoria das Incapacidades.....	423
6.1 Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	423
6.2 A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	424
6.3 A capacidade de direito e a capacidade de fato	424
6.4 A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	425
6.5 O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	432
6.6 Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	438
6.7 As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	446
6.8 A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	452
6.9 Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	453
6.10 O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela	456
6.10.1 As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional)	456
6.10.2 A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatela situações existenciais)	458
6.10.3 A ação de curatela.....	462
6.10.4 A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	480
6.11 Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	481
7. A Cessação da Incapacidade e a Emancipação.....	482
8. O Estado Civil da Pessoa Natural	488
9. A Extinção da Pessoa Natural: A Morte.....	491
9.1 Noções gerais.....	491
9.2 A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro	494
9.3 A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência).....	495
9.4 O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	498
9.5 A comoriência.....	505
9.6 A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	508
10. Domicílio da Pessoa Natural (Foro).....	515

Capítulo V

A Pessoa Jurídica	521
1. Noções Preliminares: do Reconhecimento da Personalidade Jurídica a Agrupamentos Humanos à Função Social da Empresa (A pessoa jurídica Na Perspectiva Constitucional da Empresarialidade Responsável)	522
2. Escorço Histórico	527
3. Conceito e Elementos Caracterizadores	528
4. Características	530
5. Natureza Jurídica	532
6. Classificação	533
6.1 Quanto à nacionalidade	533
6.2 Quanto à estrutura interna.....	534
6.3 Quanto às funções exercidas	549
7. Começo da existência da pessoa jurídica e a prática de atos jurídicos, inclusive por meio eletrônico	556
8. Grupos Despersonalizados (ou Entes Despersonalizados).....	558
9. Personalidade e capacidade da pessoa jurídica: direitos da personalidade de pessoa jurídica?.....	562
10. Domicílio	566
11. Responsabilidade Civil e Penal da Pessoa Jurídica	568
11.1 Noções gerais e teoria da aparência.....	568
11.2 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público	571
11.3 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado	582
11.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	585
12. Modificação da Pessoa Jurídica.....	587
13. Extinção da Pessoa Jurídica	588
14. Desconsideração da Personalidade Jurídica (<i>disregard doctrine</i>)	591
14.1 Noções conceituais e fundamento.....	591
14.2 Breve referência histórica.....	593
14.3 Noções conceituais.....	595
14.4 As teorias maior e menor da desconsideração da personalidade jurídica	596
14.5 Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica.....	600
14.6 A desconsideração da personalidade jurídica no sistema jurídico brasileiro	604
14.7 Desconsideração inversa.....	607
14.8 O caráter episódico do <i>disregard doctrine</i>	609
14.9 Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	609

14.10 A desconsideração da personalidade jurídica e as <i>offshore companies</i>	614
14.11 Desconsideração da personalidade jurídica e os atos <i>ultra vires</i>	615
14.12 A desconsideração expansiva da personalidade jurídica	616
14.13 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Famílias	617
14.14 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no Direito das Sucessões.....	618
14.15 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito do Direito do Trabalho	619
14.16 Aplicação da teoria do <i>disregard</i> no âmbito da Administração Pública	622
14.17 Desconsideração e a declaração de indisponibilidade de bens na liquidação extra- judicial de instituições financeiras	624
14.18 Subcapitalização e desconsideração da personalidade jurídica.....	625
14.19 Desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	626

Capítulo VI

Os Bens Jurídicos	627
1. Considerações Gerais: o Objeto das Relações Jurídicas	628
2. Bem e Coisa: Divergências e Aproximações	632
3. Patrimônio Jurídico.....	634
4. Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana.....	637
5. Classificação	641
5.1 Generalidades	641
5.2 Bens corpóreos e incorpóreos	642
5.3 Bens móveis e imóveis	642
5.4 Bens fungíveis e infungíveis	646
5.5 Bens consumíveis e inconsumíveis	648
5.6 Bens divisíveis e indivisíveis.....	649
5.7 Bens singulares e coletivos	650
5.8 Bens principais e acessórios	651
5.9 Bens públicos e privados	658
5.10 Bens no comércio e fora do comércio	660
6. O Bem de Família.....	663
6.1 O bem de família consubstanciando a teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito ao mínimo existencial)	663
6.2 O bem de família no direito brasileiro	664
6.2.1 A dualidade de regimes.....	664
6.2.2 O valor família e a proteção do imóvel do devedor sozinho	666

6.2.3	Natureza jurídica do bem de família	668
6.3	O bem de família convencional	668
6.3.1	Noções conceituais	668
6.3.2	Extensão da proteção	669
6.3.3	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	670
6.3.4	Legitimação para a instituição do bem de família convencional.....	671
6.3.5	Duração.....	671
6.3.6	A questão da solvência do instituidor	672
6.3.7	O Ministério Público e o bem de família	672
6.4	O bem de família legal.....	673
6.4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	673
6.4.2	Alargamento do objeto	675
6.4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	679
6.4.4	Característica do bem de família legal	679
6.4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	680
6.4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal	685
6.4.7	Retroatividade.....	693
6.4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	694
6.4.9	Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor	695
6.5	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa sozinha	697

Capítulo VII

Teoria Geral dos Fatos Jurídicos.....	701
1. Considerações Preliminares	702
2. Distinção entre Fato Jurídico e Fato Material (Ajurídico) e a Lógica do Mundo Jurídico...	703
3. Definição do Fato Jurídico.....	704
4. Classificação dos Fatos Jurídicos.....	706
5. Os Diferentes Planos do Mundo Jurídico.....	707
6. Consequências dos Fatos Jurídicos	709
6.1 Generalidades	709

6.2	Aquisição de direitos.....	709
6.3	Modificação dos direitos.....	711
6.4	Defesa dos direitos	711
6.5	Extinção dos direitos.....	712
7.	Fato Jurídico em Sentido Estrito.....	712
8.	Ato-Fato Jurídico.....	714
9.	Ato Jurídico.....	715
10.	Negócio Jurídico.....	718
10.1	Noções gerais.....	718
10.2	Definição	719
10.3	Características e breve esboço evolutivo.....	720
10.4	Classificação.....	723
10.5	Regras de interpretação do negócio jurídico.....	726
10.6	Diferentes planos (dimensões) do negócio jurídico	731
10.7	Plano da existência e seus pressupostos (elementos de existência).....	732
10.8	Plano da validade e seus requisitos: a invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico	734
10.8.1	Considerações gerais sobre o plano da validade	734
10.8.2	Os requisitos da validade	734
10.8.3	A representação no negócio jurídico.....	736
10.8.4	A invalidade do negócio jurídico.....	744
10.8.5	A conservação dos atos e negócios jurídicos (aproveitamento da vontade): ratificação, redução parcial e conversão substancial	753
10.8.6	A simulação.....	759
10.9	Plano da eficácia e seus fatores.....	763
10.9.1	Generalidades	763
10.9.2	Condição.....	764
10.9.3	Termo	766
10.9.4	Modo ou encargo.....	767
10.10	Defeitos do negócio jurídico	768
10.10.1	Generalidades	768
10.10.2	Erro ou ignorância.....	769
10.10.3	Dolo	775
10.10.4	Coação.....	778
10.10.5	Lesão	780

10.10.6 Estado de perigo.....	786
10.10.7 Fraude contra credores ou Fraude Pauliana.....	788
10.11 O negócio jurídico e a proteção do terceiro de boa-fé.....	803
10.12 A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos (autonomia privada no âmbito do processo civil).....	804
11. O Fato Ilícito.....	807
11.1 Advertência prévia.....	807
11.2 Noções conceituais.....	808
11.3 Efeitos jurídicos decorrentes da ilicitude.....	810
11.4 Tutela preventiva e tutela reparatória da ilicitude.....	811
11.5 Excludentes de ilicitude.....	813
12. O Abuso do Direito.....	814
12.1 Noções introdutórias e referências históricas.....	814
12.2 O abuso de direito na ordem civil-constitucional e a sua íntima relação com a boa-fé objetiva.....	817
12.3 Reconhecimento e efeitos do abuso de direito.....	821
12.4 O abuso de direito e o Código Civil (CC, art. 187).....	821
12.5 Modalidades específicas de atos abusivos (figuras parcelares do abuso do direito)..	826
12.5.1 Generalidades.....	826
12.5.2 A proibição de comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>).....	827
12.5.3 A <i>supressio</i> (<i>Verwirkung</i>) e a <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>).....	830
12.5.4 O <i>tu quoque</i>	834
12.5.5 O <i>duty to mitigate the loss</i> (o dever do credor de mitigar as próprias perdas).....	837
12.5.6 O <i>substantial performance</i> (a tese do inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial).....	838
12.5.7 A violação positiva de contrato (tese do adimplemento fraco ou ruim).....	841
12.6 O abuso de direito em concreto (aplicação prática).....	846

Capítulo VIII

Prescrição e Decadência.....	849
1. Generalidades sobre o tempo nas relações jurídicas.....	850
2. A Prescrição.....	852
2.1 Noções conceituais.....	852
2.2 Natureza da prescrição e a possibilidade de renúncia.....	857

2.3	A questão da <i>actio nata</i> e o início da contagem dos prazos prescricionais.....	859
2.4	As causas suspensivas e impeditivas da prescrição e a teoria <i>contra non valentem</i> ...	863
2.5	As causas interruptivas da prescrição.....	869
2.6	Alegação de prescrição.....	874
2.7	A prescrição, a pretensão, a ação e a exceção substancial	879
2.8	Prescrição intercorrente.....	880
2.9	Os prazos prescricionais no Código Civil e a imprescritibilidade de algumas pretensões.....	885
2.10	Prescrição em matéria tributária.....	889
2.11	A prescrição em sede de Direito Administrativo e o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	890
2.12	A prescrição na tutela jurisdicional coletiva (ação civil pública, ação popular e ação de improbidade administrativa)	893
3.	A Decadência	895
3.1	Noções gerais.....	895
3.2	Espécies de decadência.....	897
3.3	Alegação da decadência.....	898
4.	Distinção entre Prescrição e Decadência.....	899
5.	Prescrição e Decadência e o Direito Intertemporal.....	904

Capítulo IX

A Prova do Negócio Jurídico (A Prova Civil e as suas Dimensões)	907
1. Escorço Histórico e Importância	908
2. Noções Conceituais	910
3. Prova e Verdade: Reminiscências Imprescindíveis.....	911
4. Direito Constitucional à Prova Civil	914
5. Natureza Jurídica das Leis Referentes à Prova: a Combinação das Regras do Código Civil com o Código de Processo Civil de 2015.....	915
6. O Objeto da Prova.....	917
7. O Ônus da Prova.....	919
7.1 Generalidades e a Teoria da Carga Probatória Dinâmica.....	919
7.2 O ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	922
8. A Admissibilidade da Prova Emprestada	924
9. O juiz e a atividade probatória (os poderes do juiz na produção de provas e a admissibilidade de provas atípicas, como a prova cibernética e a análise da linguagem corporal)	926
10. A Prova do Direito Estrangeiro Quando Admitida a sua Aplicação.....	928

11. A Questão da Prova Ilícita à Luz da Técnica de Ponderação dos Valores Constitucionais	930
12. Licitude da Gravação de Conversa por um dos Interlocutores	934
13. A Interceptação Telefônica e a sua Excepcional Admissibilidade em Sede Civil.....	935
14. Possibilidade de Requisição de Documentos e Informações Resguardadas por Sigilo Legal à Receita Federal, ao Banco Central do Brasil e às Instituições Bancárias	937
15. A Revelia e a Prova.....	938
16. A Confissão.....	939
16.1 Generalidades	939
16.2 Natureza jurídica (a confissão como um ato jurídico em sentido estrito: sepultando a polêmica sobre o assunto)	940
16.3 A anulabilidade da confissão	941
16.4 A confissão realizada por quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados	942
16.5 A possibilidade de confissão pelo representante da parte.....	942
16.6 Não vinculação do magistrado à confissão	943
17. Prova Documental	944
17.1 Generalidades e uma nova concepção de prova documental, admitidos os documentos eletrônicos	944
17.2 Documento público	946
17.3 O documento particular.....	947
17.4 O telegrama e sua força probatória	950
17.5 Prova através de cópia fotográfica de documento e necessidade de autenticação oficial.....	951
17.6 Ausência do título de crédito ou do documento original e impossibilidade de suprimento de prova	952
17.7 Uso obrigatório do vernáculo nos documentos e as regras do Mercosul	953
17.8 Prova documental através de reproduções fotográficas, cinematográficas, registros fonográficos e reproduções mecânicas e a admissibilidade de fotografias digitais	955
17.9 Admissibilidade do documento eletrônico como prova documental.....	956
17.10 Livros e fichas dos empresários e empresas.....	957
18. Prova Pericial	958
18.1 Generalidades	958
18.2 Possibilidade de recusa à perícia médica	960
18.3 Perícia médica necessária e a não aproveitabilidade da recusa em submeter-se à perícia	961
18.4 Inaplicabilidade da regra legal a casos específicos de justificada recusa ao exame médico (homenagem ao princípio da proporcionalidade)	962

18.5 A presunção judicial gerada pela recusa e a inutilidade do art. 232 do Código Civil.....	964
19. Prova Testemunhal	966
19.1 Noções gerais e a Curva do Esquecimento (ou <i>Curva de Ebbinghaus</i>)	966
19.2 Admissibilidade da prova testemunhal.....	968
19.3 O direito ao silêncio da testemunha e das próprias partes.....	969
19.4 A produção de prova testemunhal por meios eletrônicos	970
19.5 Depoimento de uma única testemunha como meio de prova	970
19.6 O depoimento especial de criança ou adolescente	971
19.7 Condições de admissibilidade das testemunhas	972
19.8 A possibilidade de escusa legítima do dever de prestar testemunho.....	978
20. A ata notarial	983
Bibliografia	985